Ministero degli Affari Esteri
e della Cooperazione Internazionale

AGENZIA ITALIANA
PER LA COOPERAZIONE
ALLO SVILUPPO

INSTRUMENTOS OPERACIONAIS
PARA O **NEXO ENTRE AJUDA HUMANITÁRIA, DESENVOLVIMENTO** E **PAZ:**

MANUAL OPERACIONAL PARA A ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO EM SITUAÇÕES DE CRISE E DE FRAGILIDADE

ANO 2025

Elaboração:
Esta publicação foi redigida pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, Direção Técnica Adjunta, em colaboração com os Escritórios no exterior da AICS.

Coordenação técnica:
Marta Collu

Colaboraram na redação:
ao Diretor Técnico Adjunto Leonardo Carmenati pelo seu apoio na redação do texto. Gostaríamos também de agradecer a todos os gabinetes da Direção Técnica Adjunta e dos Gabinetes Estrangeiros da Agência pelo envio de sugestões e/ou contribuições editoriais e, em particular, a Paola Abenante, Tommaso Antonelli, Elisa Artico, Angela Binetti, Valeria Buoninfante, Emilio Cabasino, Simone Cerqui, Adele Cornaglia, Alessandra Credazzi Salvi, Francesco D'Agostino, Federica De Gaetano, Elisabetta Di Pietrantonio, Marco Falcone, Tiziana De Gennaro, Letizia Fischioni, Silvia Lami, Francesca Laschiazza, Alessandra Lentini, Mina Lomuscio, Isabella Lucaferri, Margherita Lulli, Fabio Minniti, Lorenzo Orioli, Claudia Orsatti, Elisa Pettinati, Chiara Picchio, Alessandra Piermattei, Chiara Pontillo, Daniele Ravaioli, Valeria Clara Rizzo, Michele Rezza Sanchez, Teresa Savanella, Maria Rosa Stevan, Fabio Strinati, Ketty Tedeschi, Maria Rosaria Travisani, Mirko Tricoli, Michele Romano, Viviana Wagner, Roxane Weber.

Agradecimentos:
Gostaríamos também de agradecer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, nomeadamente a Laura Aghilarre, Sokolowicz Fabio, Tarek Chazli e Lucia Primicino, pela sua colaboração.

Ano de publicação: 2025

ÍNDICE

1. PREFÁCIO pag 4

2. INTRODUÇÃO pag 6

3. COMO CONCRETIZAR A CONTRIBUIÇÃO DA AICS PARA A ANÁLISE DE CONTEXTO CONJUNTA pag 8

3.1. Objetivo da análise conjunta de contexto pag 9

3.2. Fontes de informação pag 9

3.3. Conteúdo da análise de contexto pag 11

3.3.1. Tipo de crise e características estruturais pag 11

3.3.2. Sensibilidade aos conflitos e relações entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz. pag 14

3.3.3. Vantagem comparativa pag 16

4. MODELO DE ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO pag 17

Anexo 1. Glossário pag 20

Anexo 2. Boas práticas na implementação de abordagens nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz - o levantamento do IASC - Interagency Standing Committee. pag 22

Anexo 3. Ajuda Pública ao Desenvolvimento para a PAZ pag 25

Anexo 4. Experiência no Líbano e na Etiópia pag 33

a. Etiópia: análise conjunta de contexto (setembro de 2019) pag 33

b. Líbano: análise conjunta de contexto (setembro de 2019) pag 34

PREFÁCIO

A necessidade de responder de forma diferente às situações de fragilidade no mundo encontra a sua razão de ser nas profundas crises que afetam o planeta e que levaram a que mais de 305 milhões de pessoas necessitem de assistência e proteção humanitária. Para chegar a pelo menos 189,5 milhões destas pessoas, ou seja, as que vivem nas piores condições, as Nações Unidas lançaram em 2025 um apelo no valor de 47,4 mil milhões de dólares - um número que é mais do dobro do que o registado no ano da Cimeira Humanitária Mundial (WHS) - 2016 - quando os apelos humanitários tinham atingido a soma de 20 mil milhões de dólares, apenas 59% cobertos por doadores internacionaisi.

Já nessa altura, a condições cada vez mais extremas enfrentadas por muitas populações forçadas a viver ou fugir de crises tinha levado a comunidade humanitária a pedir ajuda - de uma forma cada vez mais convicta e determinada - a outros intervenientes no desenvolvimento e na consolidação da paz. No início da WHS, já era evidente que a resposta humanitária, por si só, não podia dar resposta ao crescente estado de crise e fragilidade em muitas regiões do mundo, tendo sido lançado o debate sobre uma nova forma de trabalhar (New way of working). .

Apesar do ceticismo, foi surgindo gradualmente a ideia consensual de que tinha chegado o momento de o financiamento da ajuda humanitária, do desenvolvimento e da construção da paz convergir para um único objetivo - a redução da fragilidade e das causas profundas das crises - consciente da urgência de intervir de forma significativa para proteger a vida e a dignidade humanas, nomeadamente através da adoção de abordagens coordenadas e coerentes entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz (abordagens "Nexo").

Uma urgência particularmente sentida pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento, que contribui para a realização dos objetivos fixados pela Lei 125/2014 e desempenha um papel particularmente importante no âmbito dos exercícios operacionais previstos pelas "Orientações sobre o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz" (apresentadas à Comissão Mista em julho de 2023).

Num espírito de constante renovação e aperfeiçoamento da sua capacidade de intervenção, para chegar aos últimos e não deixar ninguém para trás, a Agência considerou necessário dotar-se de instrumentos operacionais que promovam a sua capacidade de intervir eficazmente - começando pelo primeiro passo fundamental: a realização de análises conjuntas de contexto, que tenham assim em conta as diferentes necessidades das populações, tanto de um ponto de vista humanitário e de salvamento de vidas, como da perspetiva do desenvolvimento sustentável e da construção de sociedades pacíficas. Neste sentido, as competências técnicas específicas da Agência desempenham um papel essencial na compreensão dos diferentes fatores subjacentes às fragilidades e na subsequente definição dos resultados que, coletivamente, a Cooperação Italiana para o Desenvolvimento poderá prosseguir através de uma programação concertada.

Um esforço coletivo que poderá tirar partido - desde a fase de análise - das relações frutuosas estabelecidas pela Agência com os seus numerosos parceiros - locais, nacionais e internacionais - cuja diversidade e vantagem comparativa podem contribuir para a definição de um percurso de qualidade para responder eficaz e eficientemente aos desafios colocados pelo contexto, colocando a pessoa humana no centro.

Por conseguinte, congratulo-me com o facto de a AICS - em estreita coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional e com os representantes da sociedade civil e das universidades com quem a Agência elaborou as orientações setoriais relevantes - se ter dotado do presente "Manual de Instruções para a Análise de Contexto Conjunta em Situações de Crise e Fragilidade", que pode contribuir para reforçar a nossa capacidade de intervenção, a fim de tornar a resposta global a situações de fragilidade cada vez mais eficaz e inclusiva, conscientes de que, por detrás de cada número, há homens, mulheres e crianças, que vivem situações desesperadas e vidas destruídas por conflitos e crises.

Leonardo Carmenati
Diretor Técnico Adjunto da AICS

2 INTRODUÇAO

A ajuda humanitária, a prevenção de conflitos e o apoio aos processos de consolidação da paz são reconhecidos entre os objetivos fundamentais da cooperação (Lei 125/2014, art. 1.º). Coerentemente, o documento trienal de programação e orientação 2024/2026 da cooperação italiana prevê a promoção de sinergias entre os intervenientes humanitários, de desenvolvimento e de paz, bem como a aplicação das orientações sobre a relação entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz, de acordo com a recomendação do CAD da OCDE sobre o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz de 22 de fevereiro de 2019.

Estas diretrizes ("Diretrizes sobre o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e d paz" - a seguir designadas "Diretrizes sobre o nexo") foram apresentadas à Comissão Mista em 19 de julho de 2023 e adotadas pela AICS por determinação do Diretor Adjunto n.º 2132 de 27.07.2023.

Delineiam a abordagem estratégica e as modalidades operacionais através das quais a cooperação italiana para o desenvolvimento implementa o "Nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz" em contextos de fragilidade e conflitos de longa duração no âmbito das disposições da Lei 125/2014 e de acordo com os âmbitos de ação e princípios definidos pela *Recommendation on the Humanitarian-Development-Peace Nexus* do CAD da OCDE (Recomendação sobre o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz, a seguir designada por Recomendação) de fevereiro de 2019. Prevê-se que a Cooperação Italiana para o Desenvolvimento lance exercícios operacionais-piloto "Nexo", que funcionem no âmbito dos princípios orientadores das áreas de ação e das modalidades delineadas na Recomendação, de uma forma flexível e adequada ao contexto específico de intervenção, de acordo com com os diferentes mandatos dos intervenientes e com o quadro regulamentar italiano. Nos países em que não foram identificados exercícios-piloto, a cooperação italiana para o desenvolvimento promove, no entanto, a abordagem "Nexus", fomentando a coerência e a complementaridade entre os vários instrumentos dos três pilares: ajuda humanitária, desenvolvimento e paz.

Mais detalhadamente, as Diretrizes Nexo prevêem que, nos contextos frágeis em que o exercício Nexo é implementado, a Representação Diplomática, com o apoio técnico da AICS, deva realizar uma análise conjunta de contexto entre os três pilares, também relacionada com áreas geográficas específicas (*area based approach*) e identificar resultados coletivos. Estas análises são desenvolvidas:

- com a participação da sociedade civil italiana ativa no país e em colaboração com os representantes - quando presentes - dos intervenientes institucionais italianos envolvidos nos programas de cooperação para o desenvolvimento (administrações públicas, câmaras de comércio, universidades e organismos públicos, regiões e autoridades locais);
- em consulta com as comunidades locais, as autoridades/instituições dos países parceiros e, sempre que

possível, o setor privado - de acordo com o princípio de "não prejudicar" (*do no harm*), bem como com a comunidade de doadores e os intervenientes internacionais no terreno;
- em coerência com as zonas geográficas, os setores e os resultados coletivos definidos no âmbito de quaisquer exercícios operacionais lançados no terreno, sobretudo aqueles coordenados pela União Europeia e pelas Nações Unidas;
- em coerência com as análises conjuntas de contexto desenvolvidas com metodologias "*evidence based*" no âmbito de quaisquer exercícios operacionais lançados no terreno, em especial os liderados pela UE e pela ONU[1];
- tendo em conta a natureza e o calendário dos diferentes tipos de intervenção nos três pilares;
- tendo em conta a necessidade de recolher dados estatísticos úteis para o desenvolvimento de linhas de base e indicadores setoriais[2] .

A análise pode ser atualizada periodicamente com base na evolução da situação no terreno, a fim de tornar o documento sempre contextualmente adequado e refletir corretamente as necessidades das pessoas mais vulneráveis, com base também nos ensinamentos retirados do acompanhamento e da avaliação das iniciativas financiadas.

Os resultados das análises conjuntas de contexto fornecem referências úteis para a elaboração dos elementos transmitidos pela Representação Diplomática competente à DGCS para a programação concertada (*joined-up*) entre os três pilares, tal como definido nas Orientações Nexo (secção 4.2.).

Ao prestar apoio técnico à Representação Diplomática, a AICS tem, por conseguinte, um papel técnico fundamental na realização de tais análises, que reforçarão principalmente a capacidade das intervenções da Agência para abordar as causas profundas da vulnerabilidade, da fragilidade e dos conflitos, reforçando a resiliência, promovendo a paz sustentável e respondendo simultaneamente às necessidades humanitárias. Estas análises podem servir de base de trabalho para as entidades abrangidas pelo Capítulo VI da Lei 125/2014, que realizam intervenções de cooperação, quer sejam ou não financiadas e/ou co-financiadas pela Agência. Espera-se que este documento possa ser utilizado por todas as pessoas interessadas, com especial destaque para as que participam na cooperação para o desenvolvimento a vários níveis, incluindo a população beneficiária, as partes interessadas e os parceiros locais.

[1] *O Anexo 4 inclui exemplos de exercícios operacionais iniciados no local.*
[2] *Ver, por exemplo, os indicadores da UE sobre Resilience, Conflict sensitivity and Peace: https://capacity4dev.europa.eu/system/files/documents/sector/booklet_resilience_conflict_sensitivity_and_peace_29-9-2020_final_1.pdf*

3. COMO CONCRETIZAR A CONTRIBUIÇAO DA AICS PARA A ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO

Tendo em conta as indicações supramencionadas contidas nas diretrizes Nexo, a Agência decidiu elaborar um manual de instruções para reforçar as competências técnicas do seu pessoal no que se refere ao nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz. Mais especificamente, o presente documento tem por objetivo fornecer uma metodologia normalizada, de acordo com as orientações Nexo, para a elaboração de análises conjuntas de contexto, propondo um modelo de análise conjunta e de vantagem comparativa (Anexo 1). Pode também ser útil para outros intervenientes do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento que realizam intervenções em contextos de crise e de fragilidade.

Este manual foi elaborado com base nas definições e normas utilizadas pela comunidade internacional, nas análises realizadas pelo Sistema de Cooperação Italiana para o Desenvolvimento, nos resultados operacionais do *World Humanitarian Summit* (WHS) e no *Grand Bargain* (GB). Um primeiro ensaio deste instrumento foi realizado em dois países, a Etiópia e o Líbano, identificados como pilotos devido à presença italiana consolidada e à natureza complexa e prolongada das crises humanitárias que afetam os dois países[3] .

Para tal, o manual apresenta indicações sobre o objetivo da análise conjunta de contexto e a sua ligação com a programação concertada (joined-up) e os exercícios operacionais Nexo, indicações de enquadramento sobre como encontrar informação e as suas fontes, e os conteúdos necessários para definir um quadro de análise em contextos frágeis. Além disso, o documento propõe um modelo de análise conjunta, variável de acordo com o contexto, que incluirá elementos relativos à metodologia e às fontes, à sensibilidade ao conflito, aos intervenientes no terreno, à vantagem comparativa do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento e, sobretudo, conclusões e recomendações úteis para a definição de resultados coletivos e para a implementação do exercício do nexo operacional.

Por último, o documento inclui uma série de anexos que especificam e/ou clarificam elementos fundamentais para a realização desta análise. No futuro, poderão ser aprovados outros anexos com base em novas necessidades de clarificação que possam surgir no decurso dos testes dos exercícios operacionais piloto da Cooperação Italiana para o Desenvolvimento.

[3] *O resultado desta experiência consta do Anexo 4*

3.1. OBJETIVO DA ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO

O objetivo desta análise de contexto é ajudar a identificar as causas estruturais da crise, as necessidades prioritárias das populações mais vulneráveis, os fatores de resiliência e os pontos fortes da comunidade. O documento analisa, portanto, o tipo de crise, as características contingentes e estruturais do país ou da zona geográfica, as necessidades da população a curto, médio e longo prazo nos três pilares, a vantagem comparativa dos intervenientes locais, italianos e internacionais.
A análise conjunta de contexto - de acordo com o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz - exige uma abordagem multidimensional que integre as perspetivas humanitária, de desenvolvimento e de consolidação da paz. A análise sinergética dos setores é, de facto, uma condição prévia para o desenvolvimento de intervenções coordenadas e coerentes que satisfaçam as necessidades imediatas, promovam o desenvolvimento a longo prazo e contribuam para uma paz sustentável.
Os resultados das análises conjuntas de contexto constituirão a base para a identificação dos resultados coletivos de uma programação concertada (joined-up) entre os três pilares de ajuda humanitária, de desenvolvimento e de promoção da paz e da estabilidade, que tenha em conta a vantagem comparativa dos intervenientes da cooperação italiana para o desenvolvimento.

3.2. FONTES DE INFORMAÇÃO

A análise de contexto pode ser elaborada com base na informação e nos dados já disponíveis na área de referência, de forma a ser integrada no quadro dos esforços feitos pela comunidade internacional e local para a redução da fragilidade e para valorizar a documentação produzida pelos vários intervenientes do Sistema Itália.
Por conseguinte, será necessário efetuar um reconhecimento das análises já disponíveis, por exemplo, através de consultas às Agências das Nações Unidas, às *Country Teams* das Nações Unidas e ao Gabinete do Coordenador Residente/Humanitário, a outros doadores internacionais, a organizações da sociedade civil internacionais, italianas e locais, a outros intervenientes do Sistema Itália presentes no terreno, a intervenientes institucionais nacionais e locais e a eventuais missões de paz ativas.
Será possível consultar uma vasta gama de fontes **secundárias**, incluindo estatísticas e recenseamentos nacionais, relatórios e estudos de instituições governamentais - incluindo a nível administrativo e local, parceiros locais e/ou internacionais, OSC, doadores e fontes académicas. Além disso, será importante efetuar uma análise cuidadosa do quadro institucional, legislativo e regulamentar do país e/ou do contexto geográfico e setorial em estudo. É sublinhada a importância de recorrer a fontes secundárias fiáveis e atualizadas, bem como a dados de qualidade adequada para o trabalho de análise necessário.
A análise terá de incluir dados desagregados por sexo e outras formas de discriminação interseccional (com base no contexto - idade, classe social, orientação sexual, identidade de género, deficiência, condições socioeconómicas, deslocação forçada, afiliação étnica, cultural e religiosa) para fornecer uma base científica sólida para a análise e valorizar a diversidade.
É importante utilizar dados e publicações recentes e atualizados que reflitam adequadamente as condições atuais do contexto e os desenvolvimentos relacionados com a crise e a fragilidade em curso.
Durante esta fase, é necessário identificar as principais lacunas nos dados existentes a nível local e/ou nas análises já efetuadas, procurar fontes alternativas de informação e, sempre que possível, encontrar os elementos em falta. Para tal, é também possível recorrer à recolha de dados **primários**, tanto qualitativos como quantitativos, através da utilização de instrumentos como a administração de questionários, entrevistas com beneficiários e partes interessadas, técnicas de observação e avaliação rápidas, grupos de discussão, compilação de diários e/ou registos. A recolha de dados primários é especialmente importante para a definição e o acompanhamento dos resultados específicos do projeto, bem como para as fases de avaliação e aprendizagem. Se for utilizada a recolha de dados primários, é importante que a análise seja supervisionada por investigadores qualificados. O compromisso em termos de recursos necessários também deve ser avaliado.

Caixa 1:
Exemplos de fontes secundárias de informação que podem ser consultadas para efetuar uma análise de contexto.

- As estatísticas e os inquéritos nacionais - como o recenseamento da população e dos agregados familiares, os dados sobre os refugiados e as pessoas deslocadas, etc. - podem também ser efetuados pelas administrações descentralizadas e locais;
- Relatórios e publicações nacionais;
- Classificações, relatórios e análises contextuais efetuadas por intervenientes internacionais como a UE, as Nações Unidas, a FICV e o CICV, o Banco Mundial, ONG internacionais e locais (por exemplo: *Joint Intersectoral Analysis Framework – JIAF; Humanitarian Needs Overviews; Humanitarian Response Plans*; Apelos Humanitários; *United Nations Development Assistance Framework - UNDAF; Common Country Analysis - ONU; Global Trend*s ACNUR; *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations* do Banco Mundial; *INFORM Index* da UE; *Gender country profiles* - UE etc.)
- Elaborações e análises do CAD da OCDE (por exemplo, *States of fragility report*; Plataforma sobre o Quadro de Fragilidade https://www3.compareyourcountry.org/states-of-fragility/overview/1/; *Social Institutions and Gender Index (SIGI)* e respetivos relatórios da OCDE;
- Relatórios e análises de contexto, incluindo os geográficos ou setoriais, elaborados por organizações locais;
- Análises efetuadas no âmbito de programas/projetos (por exemplo, análise de problemas, necessidades, partes interessadas, SWOT, etc.);
- Outras informações partilhadas em reuniões de coordenação entre os intervenientes humanitários, de desenvolvimento ou de paz no terreno;
- Informações partilhadas na UE, por exemplo, através das Team Europe Initiatives ou da plataforma Capacity4DEV https://capacity4dev.europa.eu/countries/

Caixa 2:
Critérios para avaliar a qualidade e a exatidão das fontes secundárias

1. **Autoridade:** Verificar se o autor ou o organismo é reconhecido e qualificado no domínio em causa.
2. **Precisão:** Verificar se os dados são apoiados por fontes fiáveis e se são coerentes com outras fontes.
3. **Objetividade:** Certifique-se de que a fonte é neutra, sem preconceitos óbvios ou objetivos promocionais.
4. **Relevância:** A fonte deve ser relevante e suficientemente detalhada para os seus objetivos.
5. **Data de publicação:** As informações devem estar atualizadas.
6. **Metodologia:** Avalia a transparência e a validade do método de recolha de dados.
7. **Revisão entre pares:** Prefira fontes revistas por pares para maior fiabilidade.
8. **Coerência:** Verifica as contradições internas e a coerência com outras fontes.
9. **Capacidade de citação:** A fonte deve ser fácil de citar e verificável.
10. **Feedback:** Considerar o feedback e o impacto da fonte no setor.

3.3. CONTEÚDO DA ANÁLISE DE CONTEXTO

O modelo de análise proposto tem características de flexibilidade e dinamismo, coerentes com a própria natureza dos contextos em que o triplo nexo é aplicado. Por conseguinte, **os conteúdos não pretendem ser rígidos e vinculativos, mas podem ser modificados ou atualizados, se necessário, para se adaptarem ao contexto das crises, à evolução das estratégias das partes interessadas e às novas abordagens que emergem do debate internacional.** As análises de contexto devem, de facto, ser capazes de se adaptar à realidade local e fornecer elementos baseados em evidências para a elaboração da programação concertada prevista nas Diretrizes Nexo.
No que se refere ao conteúdo, a análise conjunta de contexto analisa:

1) as **tipologias** de crises que ocorrem na área geográfica e/ou setor de referência e as características **contingentes e estruturais** do país ou área geográfica, com referência quer à organização dos intervenientes governamentais e não governamentais, quer às fragilidades e necessidades da população a curto, médio e longo prazo nos três pilares;
2) a **sensibilidade** aos **conflitos** e as relações entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz;
3) a **vantagem comparativa** do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento.

Este modelo, de acordo com o princípio de "*do no harm*", tem em conta a dinâmica dos conflitos, as desigualdades de género e o papel das mulheres, a proteção dos direitos humanos, incluindo os direitos culturais, a inclusão social das pessoas marginalizadas e o papel dos jovens, as relações e as dinâmicas entre os diferentes grupos étnicos e/ou religiosos e/ou minoritários, os impactos das alterações climáticas e no ambiente, a capacidade de preparação e resposta humanitária e a gestão dos fenómenos naturais e dos riscos daí resultantes, as necessidades alimentares e nutricionais.

3.3.1. TIPO DE CRISE E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS

Em primeiro lugar, o modelo prevê a identificação dos tipos de crise que ocorrem no país parceiro com base nas definições de crise e emergência (prolongada, crítica, complexas) elaboradas pelo *IASC Working Group*[4] e pela FAO[5] e os tipos de choques, tal como definidos pela OCDE[6] , listados no Glossário anexo a este manual.

Além disso, serão analisadas as características contingentes e estruturais do contexto, com especial destaque para:

a) Apropriação e localização, em relação aos intervenientes estatais, nacionais e subnacionais e aos intervenientes não governamentais;

b) Tipos de fragilidade e necessidades da população.

[4] *IASC Working Group 16th Meeting, Definition of Complex Emergencies, 1994-* https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/WG16_4.pdf
[5] *A. Harmer & J. Macrae, eds. 2004. Beyond the continuum: aid policy in protracted crises. HPG Report 18, p. 1. London, Overseas Development Institute-* https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs_high_level_forum/documents/Brief1.pdf
[6] *OECD, Guidelines for Resilience Systems Analysis, 2014.*

Esta análise permitirá enquadrar o contexto específico da intervenção, tendo igualmente em conta as capacidades locais dos intervenientes nacionais e locais (incluindo organizações governamentais, comunitárias, da sociedade civil, a Cruz Vermelha/Crescente Vermelho, da diáspora) para responder à crise, identificar o nível de fragilidade multidimensional do país parceiro com base no quadro do CAD da OCDE[7] e nos indicadores INFORM da UE sobre o risco e a gravidade das crises[8] , analisar as necessidades prioritárias das populações mais vulneráveis e os principais fatores de exclusão. Os resultados desta análise podem, portanto, contribuir para definir a ação de resposta humanitária do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento.
A análise conjunta deve ser informada pelos riscos, incluindo os riscos alimentares, ambientais e climáticos, sensível às questões de género e ter em conta a dinâmica entre os diferentes grupos da sociedade (por exemplo, étnicos e/ou religiosos) e as necessidades dos grupos mais marginalizados (por exemplo, pessoas com deficiência, minorias, idosos, jovens e menores, povos indígenas, pessoas deslocadas, refugiados e migrantes).[9]

Inclusão social, direitos humanos e culturais. A prevenção de conflitos passa pela redução da discriminação e das desigualdades sociais, pelo desenvolvimento inclusivo das instituições, do emprego e do trabalho digno[10] , pelo reconhecimento e respeito dos direitos humanos fundamentais e dos direitos culturais, pelas reformas dos sistemas democráticos, sociais e de justiça e pela participação ativa das mulheres e dos jovens em todos os processos relacionados com a paz e a segurança.[11]
A visão do nexo não pode ser separada de uma análise correta da esfera relacionada com o exercício dos direitos humanos, em toda a sua diversidade. O reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo [12].
Os direitos culturais são uma componente fundamental e inalienável do sistema universal dos direitos humanos. O respeito pela diversidade cultural é um garante da paz e da segurança internacionais e da coesão social, a raiz do desenvolvimento, bem como "um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade humana" [13]. Os direitos culturais protegem os direitos de cada pessoa, individualmente e com outras pessoas, bem como das comunidades, a desenvolver e expressar a sua humanidade, a sua visão do mundo e os significados que atribuem à existência e ao desenvolvimento humanos através, nomeadamente, de valores, crenças, línguas, conhecimentos e artes, instituições e modos de vida. Protegem igualmente o acesso ao património cultural material e imaterial e aos recursos que permitem a realização desses processos de identificação e desenvolvimento[14] .
A análise de contexto deve, por conseguinte, incluir elementos sobre a capacidade dos sistemas do país beneficiário para respeitar os direitos humanos, incluindo os direitos culturais, e para incluir diferentes grupos populacionais, referindo também especificamente o papel dos jovens e a sua capacidade de participar e influenciar os processos de tomada de decisões, a violação dos seus direitos humanos e o seu *empowerment*.[15]

Devem também ser tidas em conta as necessidades de setores da população, incluindo os mais marginalizados,

[7] *Ver: http://www3.compareyourcountry.org/states-of-fragility/overview/0/*
[8] *Ver: https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index*
[9] *OECD, Recommendation on the OECD Legal Instruments Humanitarian-Development-Peace Nexus, 2019*
[10] *ILO, Employment and decent work for peace and resilience Recommendation, 2017 (No. 205) : https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:3330503*
[11] *Relatório do Banco Mundial e das Nações Unidas "Pathways for Peace Report", 2016https://www.pathwaysforpeace.org/*
[12] *Declaração Universal dos Direitos do Homem, preâmbulo.*
[13] *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Art. 4º: https://www.unesco.org/en/legal-affairs/unesco-universal-declaration-cultural-diversity*
[14] *Para mais informações ver também as páginas do site das Nações Unidas dedicadas às atividades do Special Rapporteur in the field of cultural rights, que faz parte do Gabinete dos Direitos Humanos da ONU, no seguinte link: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-cultural-rights*
[15] *https://www.un.org/peacebuilding/policy-issues-and-partnerships/policy/youth*
[16] *A importância da abordagem Nexo para a inclusão de pessoas com deficiência é também destacada na publicação Pessoas com deficiência em contextos e intervenções de emergência: https://www.aics.gov.it/wp-content/uploads/2023/10/Pubblicazione-disabilita_e_emergenza_2023.pdf*

como as mulheres, os diferentes grupos étnicos e/ou religiosos, as pessoas com deficiência[16], os idosos, os jovens e os menores, as minorias, as comunidades indígenas e negligenciadas, as pessoas deslocadas, os refugiados e os migrantes. A análise de contexto deve analisar os fatores de resiliência, tendo em conta os diferentes intervenientes de mudança e a capacidade do sistema local para incluir as pessoas em toda a sua diversidade, bem como reconhecer e apoiar os direitos culturais como um recurso eficaz para reduzir e contrariar a fragilidade.

Integração da perspetiva de género. A igualdade de género é fundamental para prevenir os conflitos e a fragilidade e para alcançar uma paz sustentável. A participação plena, equitativa e significativa das mulheres nas sociedades, na economia, na redução dos riscos de catástrofes e nos processos de paz - em todas as fases e níveis de tomada de decisões - conduz a economias e tomadas de decisão mais inclusivas[17]. A análise de contexto deve, por conseguinte, ser sensível às questões de género e analisar as necessidades específicas das mulheres, bem como o papel que desempenham no país beneficiário, nomeadamente a nível político e de tomada de decisões - identificando os obstáculos e as oportunidades para o seu *empowerment*¸ , bem como o contributo que podem dar para a criação de resiliência, a consolidação da paz e a resposta a emergências. Com efeito, reconhece-se que existe uma estreita correlação entre fragilidade, conflito e desigualdade de género, bem como o papel positivo que as mulheres podem desempenhar nos processos de paz [18].

Clima, ambiente e segurança alimentar. Igualmente importante é a abordagem dos riscos climáticos e ambientais. De facto, para além de provocarem catástrofes naturais cada vez mais frequentes e graves, as alterações climáticas e a degradação ambiental estão entre as causas profundas dos conflitos, da insegurança alimentar e das deslocações. Para além disso, existe uma relação entre ambiente e conflito que merece especial atenção dada a relação recíproca de causa e efeito que liga as emergências ambientais aos conflitos armados e situações de fragilidade[19] . Por um lado, a degradação ambiental (muitas vezes amplificada pelos efeitos das alterações climáticas, incluindo, por exemplo, fenómenos meteorológicos extremos) atua como causa ou amplificador de tensões (em especial sobre a gestão dos recursos naturais) e de potenciais conflitos entre as populações e entre os países envolvidos; por outro lado, o próprio conflito pode contribuir para a degradação ambiental, causando mesmo a contaminação dos recursos naturais de que depende a subsistência das populações afetadas, com efeitos prejudiciais adicionais para a saúde humana e a segurança alimentar. A identificação e a concentração de esforços nas origens e causas dos conflitos e da fragilidade são cruciais para uma construção eficaz da paz e para a própria prevenção de conflitos, em que os fatores climáticos podem estar entre as causas profundas e entre os efeitos prejudiciais para as populações envolvidas. Em muitos contextos, especialmente em África, a urbanização, também uma consequência dos fluxos migratórios causados por fenómenos climáticos extremos, está a alterar os processos de aquisição, produção e distribuição de alimentos, afetando o comportamento e os hábitos alimentares da população.[20]
As necessidades de segurança alimentar e nutricional específicas do contexto devem também ser analisadas, tendo em conta os possíveis fatores de risco, bem como as oportunidades que podem reforçar a resiliência das comunidades rurais, promover o desenvolvimento agrícola e apoiar a transformação sustentável dos sistemas alimentares.
As necessidades em matéria de segurança alimentar e nutricional devem também ser analisadas, tendo em conta os possíveis fatores de risco e as oportunidades que podem reforçar a capacidade de resistência das comunidades rurais e promover o desenvolvimento agrícola.

[17] *OECD, The Humanitarian Development Peace Nexus Interim Progress Review, 2022*
[18] *https://www.pathwaysforpeace.org/ ; https://www.oecd-ilibrary.org/development/gender-equality-and-women-s-empowerment-in-fragile-and-conflict-affected-situations_b75a1229-en*
[19] *Sobre este assunto, ver também: INCAF Common position climate change biodiversity environmental fragility, 2023,, https://www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/conflict-fragility/INCAF-Common-position-climate-change-biodiversity-environmental-fragility.pdf*
[20] *ONU, The State of Food Security and Nutrition 2023, https://data.unicef.org/resources/sofi-2023/*

3.3.2. SENSIBILIDADE AOS CONFLITOS E RELAÇÕES ENTRE AJUDA HUMANITÁRIA, DESENVOLVIMENTO E PAZ.

Para compreender como a paz (P) pode ser incluída no nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz (IDH), é essencial aprofundar e compreender o significado do P de Paz.

As ações de paz referem-se a contribuições em que a manutenção da paz é um objetivo principal, ou seja, a prevenção da eclosão, da escalada, da continuação e da recorrência de conflitos e a abordagem das suas causas e fatores desencadeantes. As ações de paz podem ser de curto, médio e longo prazo e contribuem para a prevenção de conflitos e para a construção, consecução e manutenção da paz. [21]
De acordo com o IASC[22], o pilar "paz" é geralmente entendido de acordo com três componentes que se sobrepõem:

- Diplomacia: A diplomacia engloba atividades que são normalmente conduzidas por enviados especiais, bem como por outros intervenientes envolvidos no diálogo político nacional e internacional, em negociações e em processos de paz.
- Segurança: A segurança inclui atividades que são normalmente conduzidas pelas missões da ONU, bem como por outros intervenientes internacionais, regionais e nacionais envolvidos na manutenção da paz, na estabilização, na luta contra o terrorismo e na prevenção do extremismo violento.
- Construção da paz: A construção da paz inclui atividades como os diálogos comunitários contextualizados a nível internacional e local, a construção da paz por ativistas para promover a confiança e a reconciliação nas sociedades a diferentes níveis, a abordagem das causas dos conflitos, etc.

É também feita uma distinção entre as ações "p minúsculo", definidas como as ações que se centram na capacidade de construir a paz nas sociedades, e as ações "P maiúsculo", que apoiam e sustentam soluções políticas e respostas de segurança a conflitos violentos. Ambas as abordagens "p" e "P" são pertinentes e importantes, mas as abordagens "p minúsculo" - em especial o trabalho a nível local para resolver os principais fatores a curto e médio prazo - podem criar oportunidades mais diretas em todo o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz. Em particular, o trabalho a nível local para abordar fatores-chave a curto e médio prazo pode criar oportunidades mais diretas em toda a rede de ligação USP, por exemplo:

- Através do apoio dos agentes humanitários e de desenvolvimento de ações de coesão social e de reforço da capacidade de resistência, contribuindo para a consolidação da paz local;
- A redução das tensões entre as comunidades de acolhimento, os refugiados e as pessoas deslocadas;

Por outro lado, há também experiências de envolvimento de intervenientes humanitários e de processos "P maiúsculo", por exemplo:

- o diálogo dos intervenientes humanitários (por exemplo, o CICV) com todas as partes em conflito, a fim de garantir o acesso da ajuda humanitária e promover o respeito pelo direito humanitário internacional;
- a partilha de análises humanitárias com os Enviados Especiais para promover considerações humanitárias nos processos de paz;
- a realização de ações de sensibilização humanitária para influenciar a arquitetura política em matéria de prevenção e redução da violência.

[21] *IASC, Exploring Peace Within The Humanitarian-Development-Peace Nexus (HDPN), 2020* https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/iasc.peace_within_the_humanitarian-development-peace_nexus_hdpn.issue_paper.2020-10.pdf
[22] *IASC, A Mapping and Analysis of Tools and Guidance on the H-P Linkages in the HDP-Nexus, 2022.* https://interagencystandingcommittee.org/humanitarian-development-collaboration/mapping-and-analysis-tools-and-guidance-h-p-linkages-hdp-nexus

Por último, é feita uma distinção entre a paz negativa - entendida como a ausência de violência, muitas vezes em virtude de um monopólio do uso da violência, de tréguas ou de medidas coercivas - e a paz positiva, que se refere à manutenção de sociedades pacíficas. A paz positiva implica a criação de relações sociais que contribuam para o bem-estar mútuo, criando um ambiente ótimo em que o potencial humano possa florescer. Os mesmos fatores que criam uma paz positiva também conduzem a muitos outros resultados favoráveis a que as sociedades aspiram, tais como economias florescentes, desenvolvimento inclusivo, baixos níveis de desigualdade e níveis mais elevados de bem-estar.[23].

Ao desenvolver a análise de conflitos, é importante ter em conta a sensibilidade aos conflitos, a fim de maximizar a eficácia das acções e obter resultados positivos para a paz em contextos de conflito ou frágeis. A sensibilidade aos conflitos visa desenvolver uma compreensão da dinâmica da paz e dos conflitos, examinando criticamente a forma como as atividades de assistência podem afetar a paz e os conflitos e tomando medidas para gerir esse impacto.

As decisões que podem resultar da análise de conflitos (por exemplo, a identificação de uma área prioritária e a escolha de parceiros) podem ter impactos diretos e indiretos, positivos e negativos, na paz. Por conseguinte, é importante que a análise de contexto analise tanto os riscos relacionados com os conflitos (por exemplo, a distribuição geográfica da assistência) como as oportunidades, ou seja, as variáveis que podem contribuir positivamente para a consolidação da paz (por exemplo, o potencial papel das mulheres, de um ambiente saudável).

Este objetivo pode ser alcançado de diversas formas, que variam em função do contexto de intervenção, começando por um intercâmbio de informações com os intervenientes envolvidos a vários níveis no pilar da paz, nas três componentes acima descritas (diplomacia, segurança e consolidação da paz), e envolvidos em ações "p minúsculo" e "P maiúsculo".
É bom lembrar que não existe uma regra única para a coordenação com o pilar da paz, mas as abordagens podem variar de acordo com as sensibilidades do contexto.

CAIXA 3:
Ferramentas para analisar a sensibilidade aos conflitos: o kit de ferramentas produzido pela WeWorld no âmbito de uma iniciativa humanitária financiada pela AICS.

Kit de ferramentas "*Conflict Sensitivity Operational Toolkit: a practical approach. WeWorld and Peaceful Change initiative, 2022*", financiado pela AICS com fundos de emergência, https://www.weworld.it/en/what-we-do/publications/conflict-sensitivity-operational-toolkit, contém inúmeras ferramentas úteis para ter em conta as dinâmicas de conflito em todas as várias fases do projeto, desde o planeamento estratégico até às fases de monitorização e avaliação. Por exemplo, dá exemplos de perguntas para integrar a sensibilidade ao conflito na análise SWOT, na análise de oportunidades e riscos e na análise das partes interessadas.
A título de exemplo, eis alguns fatores que podem influenciar o conflito, retirados do documento acima referido.

1. **A assistência pode ser distribuída a alguns grupos e não a outros,** contribuindo para sentimentos de injustiça e alimentando tensões entre grupos. Isto pode constituir um risco, especialmente quando a assistência é atribuída apenas com base nas necessidades, que diferem entre grupos, ou quando as autoridades determinam as listas de distribuição e favorecem um grupo. Este efeito verifica-se de acordo com a quantidade e a qualidade dos cuidados e pode também afetar as oportunidades de emprego ou de negociação.
2. **Os intervenientes armados ou políticos podem tentar desviar ou desviar a assistência em seu próprio benefício,** exercendo pressão para que a distribuição seja feita a certos grupos eleitorais, a fim de obter o seu apoio, ou insistindo em certos fornecedores. Os grupos armados podem apoderar-se da ajuda, exigindo o pagamento nos postos de controlo, roubando armazéns ou instalações de serviços, como hospitais, ou pressionando os contratantes a partilharem os lucros. Os grupos armados podem utilizar eles próprios a assistência ou revendê-la para se sustentarem financeiramente.

[23] *IASC, Exploring peace within the humanitarian-development-peace nexus (HDPN), 2020*

3. **Trabalhar com autoridades que não são eleitas ou que não atuam de forma inclusiva ou transparente** pode dar reconhecimento a essas abordagens e contribuir para o sentimento de exclusão. Por outro lado, o **envolvimento com as autoridades eleitas** pode sustentar e apoiar a capacidade de inclusão e consulta da comunidade, ajudando assim a reforçar o contrato social entre os cidadãos e as autoridades.

As abordagens participativas baseadas na comunidade (***community-based approaches***) podem ajudar a reunir grupos comunitários para além das linhas divisórias e reforçar as relações entre os cidadãos e as autoridades, facilitando o diálogo, identificando necessidades comuns e apoiando a colaboração em projetos de desenvolvimento comunitário.

Além disso, é importante - quando aplicável - analisar as ligações entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e as ações de manutenção da paz, tendo em conta quaisquer exercícios de ligação no país, que favoreçam a implementação de uma abordagem de ligação - incluindo através da identificação de resultados coletivos. [24]

3.3.3. VANTAGEM COMPARATIVA

A fim de contribuir para a obtenção dos resultados coletivos acordados no contexto de referência, a ferramenta de análise procede à identificação da **vantagem comparativa** de cada um dos intervenientes do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento no contexto de referência (País parceiro). Esta vantagem comparativa é fundamental para a realização de uma programação concertada (*joined-up*) que preveja uma planificação e uma divisão do trabalho entre os vários intervenientes da ajuda humanitária, do desenvolvimento e da paz, capaz de contribuir eficazmente para a realização dos resultados coletivos definidos pela cooperação italiana para o desenvolvimento no âmbito de eventuais exercícios operacionais lançados no terreno, nomeadamente sob a orientação da UE e da ONU.

Esta análise pode incluir a identificação dos seguintes elementos:

- a existência de acordos de cooperação para o desenvolvimento com o país parceiro da seguinte natureza: i) económico-financeira, ii) cultural, iii) cooperação e desenvolvimento;
- as capacidades operacionais e logísticas no país parceiro dos intervenientes do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento, em termos de: i) presença de intervenientes do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento no local; ii) presença de gabinetes/estruturas no local (embaixadas, sedes da AICS, ICE, OSC, organismos religiosos, câmaras de comércio, etc.); iii) capacidade de prevenção e resposta a catástrofes naturais; iv) capacidade de resposta a emergências sanitárias; iv) presença de contingentes italianos em missões de paz da ONU ou da UE.
- a presença de programas e iniciativas destinados a contribuir para os processos de construção da paz. Através de uma abordagem de triplo nexo, essas ações podem ser executadas por agentes humanitários, de desenvolvimento e de paz e estão incluídas num amplo espetro, incluindo: i) sensibilidade aos conflitos; ii) prevenção de conflitos; iii) vias de consolidação da paz e aplicação de instrumentos específicos, que visam envolver, através do diálogo (a nível nacional, regional e local), todas as partes em conflito; iv) missões civis de manutenção da paz; v) reforço das capacidades locais; vi) promoção da coesão social.

A vantagem comparativa terá de ser analisada à luz do posicionamento dos intervenientes do Sistema Itália em comparação com as especificidades dos outros intervenientes internacionais e locais presentes no terreno, também para evitar duplicações e permitir a maximização dos resultados.

[24] *Para mais informações sobre os exercícios nexo no país, ver, por exemplo, o Anexo 4 "Boas práticas na implementação de abordagens nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz - o levantamento do IASC - Interagency Standing Committee"*

4. MODELO DE ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO

A fim de facilitar o trabalho dos redatores relevantes, propõe-se a seguir um modelo de análise conjunta do contexto, que pode ser utilizado pelos serviços - conforme necessário e tendo em devida consideração os diferentes requisitos contextuais.

O índice e as perguntas incluídas neste modelo destinam-se a servir de guia para o texto e o conteúdo a incluir na análise, mas não devem ser considerados exaustivos ou vinculativos. Os Gabinetes que elaborarem esta análise podem acrescentar, alterar ou suprimir elementos para tornar o documento mais adequado ao contexto e/ou para ter em conta sensibilidades políticas relevantes. Estas alterações devem ser explicitadas na nota metodológica ou, quando tal não for possível por razões de conveniência, numa nota técnica para a AICS Roma.

CAIXA 4 - Modelo de análise de contexto conjunta

1. **METODOLOGIA E FONTES DE ANÁLISE DE CONTEXTO**
   Este parágrafo deve incluir uma descrição da metodologia seguida pelo Gabinete na realização da análise de contexto conjunta, referindo as fontes secundárias e primárias utilizadas, as reuniões específicas realizadas com os intervenientes internacionais, nacionais e locais, os instrumentos utilizados (por exemplo, análise SWOT, partes interessadas, riscos e outros - que podem ser anexados à análise), as sensibilidades políticas e/ou contextuais específicas tidas em conta que tiveram impacto na estrutura da análise de contexto

2. **TIPOLOGIA DE CHOQUE e CRISE**
   O país é afetado por um ou mais choques, tais como tensões covariantes, idiossincráticas, sazonais ou de longo prazo? O país está sujeito a crises naturais ou provocadas pelo homem? Esta(s) emergência(s) pode(m) ser definida(s) como crítica(s), complexa(s) ou prolongada(s)? Ver definições no Glossário (Anexo 1).

3. **CARACTERÍSTICAS CONTINGENTES E ESTRUTURAIS**
   3.1. Propriedade e localização
   3.1.1. Intervenientes estatais nacionais e subnacionais
   O governo parece ter capacidade e recursos adequados para responder à crise e está preparado para o fazer? é estável e tem capacidade para administrar todo o país? Existem circunstâncias políticas em fase de restabelecimento ou

de emergência? O país dispõe de uma forma de descentralização administrativa (por exemplo, devolução, delegação, desconcentração)? Os intervenientes estatais subnacionais estão dispostos a intervir e dispõem de capacidades e recursos adequados? Qual é o papel das mulheres e dos jovens na administração, na política e na tomada de decisões? Ver definições no Glossário (Anexo 1)

3.1.2. Intervenientes não governamentais[25]

Existem intervenientes não governamentais locais e nacionais capazes e/ou dispostos a responder à crise? Quais são as características da sociedade civil local e das suas organizações (incluindo organizações lideradas por mulheres, jovens, pessoas com deficiência, minorias ou grupos étnicos, religiosos, marginalizados, povos indígenas, pessoas deslocadas, refugiados, migrantes)? O que está a ser feito para responder à crise na comunidade local, nomeadamente através de organizações comunitárias ou outras instituições não formais e da diáspora? Quais são as características do setor privado local, também no que se refere ao respeito pelos direitos humanos? Qual é o papel das mulheres e dos jovens nessas organizações?

3.2. Tipos de fragilidade e necessidades da população

Com base no quadro do CAD da OCDE (http://www3.compareyourcountry.org/states-of-fragility/overview/0/)o país vive uma situação de fragilidade económica, ambiental, política, de segurança, social e humana. Esta secção pode incluir informações sobre: uma panorâmica dos grupos populacionais em risco de serem deixados para trás, fatores de resiliência e pontos fortes/fracos, possíveis intervenientes da mudança; as suas necessidades a curto, médio e longo prazo nos três pilares e os principais fatores de exclusão; análise do desenvolvimento social, dos direitos humanos e culturais e da exclusão; necessidades alimentares e capacidade dos sistemas agrícolas; análise da transformação económica, do ambiente e das alterações climáticas e dos progressos realizados em relação aos compromissos globais. É útil fazer referência aos indicadores do quadro para o país de referência, à Common Country Analysis[26] elaborada pelas Nações Unidas[27] e especificar, em particular, a situação das mulheres, dos jovens, dos menores e dos grupos marginalizados (por exemplo, pessoas com deficiência, idosos, minorias ou grupos étnicos e religiosos, populações indígenas, pessoas deslocadas e refugiados).

4. SENSIBILIDADE AOS CONFLITOS

4.1. Possível presença de conflitos e violência.

Existem conflitos ativos e/ou de alta intensidade? O contexto operacional é seguro? Quais são as causas e as principais variáveis do conflito? Quais são as zonas geográficas e os setores abrangidos? Quem é que está envolvido? Quais são os interesses e os recursos dos intervenientes envolvidos? Quais são as oportunidades para a paz? Que papel desempenham as mulheres e os jovens, o ambiente e o clima no conflito? Quais são as perspetivas futuras do conflito?

4.2. Relações entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz

Analisar, se for caso disso, as relações entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz e descrever quaisquer exercícios no país que apoiem a aplicação de uma abordagem nexo, nomeadamente através da identificação de resultados coletivos. A análise deve ter em conta os diferentes papéis, responsabilidades, mandatos, oportunidades e limitações das diferentes partes interessadas em cada um dos três pilares.

[25] *Para mais informações sobre a localização:* https://gblocalisation.ifrc.org/ ; https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2022-08/Outcome%20Paper%20Towards%20Co-ownership%20-%20Caucus%20on%20Intermediaries%20-%20August%202022.pdf

[26] https://unsdg.un.org/sites/default/files/2022-06/UN%20Cooperation%20Framework%20Internal%20Guidance%20--%201%20June%202022.pdf

[27] *Exemplo para o Afeganistão:* http://www3.compareyourcountry.org/states-of-fragility/countries/AFG/

5. VANTAGEM COMPARATIVA DO SISTEMA DE COOPERAÇÃO ITALIANA PARA O DESENVOLVIMENTO

Qual é a vantagem comparativa do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento? Existem acordos em curso com o país parceiro? Quais? Que intervenientes italianos estão ativos e presentes no país parceiro e que capacidades existem para prevenir e responder a catástrofes naturais e emergências? Que programas e iniciativas existem para contribuir para os processos de construção da paz? Para que resultados coletivos poderá contribuir o sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento? Como é que os diferentes intervenientes do sistema de cooperação italiana para o desenvolvimento se posicionam em relação a outros intervenientes internacionais e locais?

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base na análise anterior, resumir as recomendações para o planeamento de atividades nos três pilares de intervenção do PSU, indicando também possíveis áreas geográficas e setoriais. As recomendações devem ser coerentes com a análise do contexto incluída nos capítulos anteriores, tanto no que se refere às áreas geográficas e aos setores, como à vantagem comparativa do Sistema Itália e aos eventuais resultados coletivos definidos pela comunidade internacional presente.

GLOSSÁRIO

ANEXO 1

Crise prolongada
Ambiente em que uma parte significativa da população é altamente vulnerável ao risco de morte, doença e deterioração do estilo de vida durante um período de tempo prolongado. (FAO)[28]

Desconcentração
A desconcentração - que é frequentemente considerada a forma mais fraca de descentralização e é mais frequentemente utilizada em Estados unitários - redistribui a autoridade de tomada de decisões e as responsabilidades financeiras e de gestão entre os diferentes níveis da administração central. Pode simplesmente transferir responsabilidades dos funcionários do governo central na capital para os que trabalham nas regiões, províncias ou distritos, ou pode criar uma forte administração no terreno ou uma capacidade administrativa local sob a supervisão dos ministérios do governo central. (WB)[29]

Delegação
A delegação é uma forma mais alargada de descentralização. Através da delegação, os governos centrais transferem a responsabilidade pela tomada de decisões e pela administração das funções públicas para organizações semiautónomas que não são totalmente controladas pelo governo central, mas que, em última análise, são responsáveis perante ele. Os governos delegam responsabilidades quando criam empresas ou corporações públicas, autoridades de habitação, autoridades de transportes, distritos de serviços especiais, distritos escolares semiautónomos, corporações de desenvolvimento regional ou unidades especiais de implementação de projetos. Normalmente, estas organizações têm um grande poder discricionário na tomada de decisões. Podem ser livres de constrangimentos para o pessoal regular do serviço público e podem cobrar diretamente aos utilizadores pelos serviços. (WB)[30]

Devolução
Um terceiro tipo de descentralização administrativa é a devolução. Quando os governos devolvem funções, transferem a autoridade de decisão, financeira e de gestão para unidades quase autónomas de governo local com estatuto de empresa. A devolução transfere geralmente a responsabilidade dos serviços para os municípios, que elegem os seus próprios presidentes de câmara e conselhos, cobram as suas próprias receitas e têm autoridade para tomar decisões de investimento independentes. Num sistema devolutivo, os governos locais têm fronteiras geográficas claras e legalmente reconhecidas sobre as quais exercem a sua autoridade e dentro das quais desempenham funções públicas. Este tipo de descentralização administrativa está na base da maior parte das descentralizações políticas. (WB)[31]

Emergência Crítica
A situação põe em perigo a vida e o bem-estar de um grande número de pessoas ou de uma elevada percentagem da população, exigindo frequentemente uma assistência multissetorial em grande escala. (IASC)[32]

Emergência complexa
Crise humanitária que ocorre num país, região ou sociedade onde se verifica uma falha total ou grave das autoridades resultante de um conflito civil e/ou agressão externa e que exige uma resposta internacional que ultrapassa o mandato de Agências individuais. [33].

[28] *(Major Emergency)* https://www.fao.org/3/i1683e/i1683e03.pdf#:~:text=is%20no%20simple%20definition%20of%20a%20country%20insome%20%28not%20necessarily%20all%29%20of%20the%20following%20characteristics.7
[29] https://web.worldbank.org/archive/website01029/WEB/IMAGES/_ENGL-42.PDF
[30] Ibidem
[31] https://web.worldbank.org/archive/website01029/WEB/IMAGES/_ENGL-42.PDF
[32] https://interagencystandingcommittee.org/system/files/legacy_files/WG16_4.pdf
[33] Ibidem

Fragilidade
A OCDE define fragilidade como a combinação de exposição ao risco e capacidade insuficiente para gerir, absorver ou mitigar os riscos por parte do Estado, do sistema e/ou das comunidades. Reconhecendo a complexidade inerente à fragilidade, a OCDE introduziu o seu quadro multidimensional de fragilidade em Estados de Fragilidade em 2016. Este quadro capta a diversidade dos contextos frágeis, medindo-a num espetro de intensidade em seis dimensões: económica, ambiental, humana, política, de segurança e social[34].

Localização
Não existe uma definição única de "localização". Como parte do Grand Bargain, os signatários comprometeram-se a "tornar a ação humanitária tão local quanto possível e tão internacional quanto necessário (as local as possible and as international as necessary)", continuando a reconhecer o papel vital dos intervenientes internacionais, particularmente em situações de conflito armado. Em termos estritos, a localização pode ser vista como o reforço do investimento internacional e o respeito pelo papel dos intervenientes locais, com o objetivo de reduzir os custos e aumentar o âmbito da ação humanitária. Num sentido mais lato, pode ser visto como uma forma de reconceber o setor humanitário de baixo para cima. Reconhece que a grande maioria da assistência humanitária já é prestada por intervenientes locais". Para efeitos da Convenção Partidária (Caucus) na localização do Grand Bargain, a localização é definida como o processo através do qual se estabelece uma relação mensurável, equitativa e mutuamente responsável entre os intervenientes locais/nacionais e internacionais. [35]

A "*Recommendation on Enabling Civil Society in Development Co-operation and Humanitarian Assistance*" adotada pelo CAD da OCDE em julho de 2021 reforça os conceitos expressos no âmbito do *Grand Bargain*, fornecendo um quadro internacional para orientar e incentivar os intervenientes humanitários e de desenvolvimento a promover as capacidades dos intervenientes da sociedade civil também nos países parceiros. Os aderentes à Recomendação do CAD comprometem-se, por conseguinte, a: i) Respeitar, proteger e promover o espaço cívico; ii) Apoiar e envolver a sociedade civil; iii) Fomentar a eficácia, a transparência e aresponsabilidade das organizações locais da sociedade civil.

Socorristas nacionais e locais (National and Local Responders): O Grand Bargain refere-se aos socorristas nacionais e locais, que incluem governos, comunidades, a Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho e a sociedade civil local.

Intervenientes não governamentais locais e nacionais: Organizações que têm sede e operam no seu próprio país, o beneficiário da ajuda, e que não estão filiadas numa ONG internacional.

Intervenientes estatais nacionais e subnacionais: Autoridades estatais do país beneficiário, tanto a nível local como nacional.[36]

Choque
Um acontecimento súbito com um impacto importante e frequentemente negativo na vulnerabilidade de um sistema e das suas partes. Os choques causam um impacto negativo (ou positivo) significativo nas condições de vida das pessoas e no funcionamento de um Estado[37].

[34] http://www3.compareyourcountry.org
[35] https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2022-08/Outcome%20Paper%20Towards%20Co-ownership%20-%20Caucus%20on%20Intermediaries%20-%20August%202022.pdf
[36] https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2022-08/Outcome%20Paper%20Towards%20Co-ownership%20-%20Caucus%20on%20Intermediaries%20-%20August%202022.pdf
[37] https://www.oecd.org/dac/Resilience%20Systems%20Analysis%20FINAL.pdf

Covariáveis de choque
Eventos (*large scale*) dispersos e pouco frequentes - que podem ser positivos ou negativos - como conflitos violentos, erupções vulcânicas ou a introdução súbita de novas tecnologias, por exemplo, telemóveis [38].

Choques idiossincráticos
Eventos (*small scale*) significativos que afetam especificamente indivíduos e famílias, como a morte do principal chefe de família ou a perda de uma atividade geradora de rendimentos [39].

Choques sazonais
Choques sazonais, como inundações anuais relacionadas com a estação das chuvas, alterações nos preços do mercado alimentar ou choques recorrentes, como deslocações frequentes ou cólera endémica em determinadas comunidades [40].

Stresse
Uma tendência de longo prazo que enfraquece o potencial de um determinado sistema e aprofunda a vulnerabilidade dos seus intervenientes, como o aumento da poluição, o desmatamento, as flutuações cambiais e os ciclos eleitorais [41].

ANEXO 2. BOAS PRÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ABORDAGENS NEXO ENTRE AJUDA HUMANITÁRIA, DESENVOLVIMENTO E PAZ - O LEVANTAMENTO DO IASC - INTERAGENCY STANDING COMMITTEE.

A fim de reduzir as necessidades, os riscos e as vulnerabilidades, a abordagem nexo está a ser aplicada num número crescente de países, com experiências que variam em termos de operações, lições aprendidas e boas práticas. Em 2021, o Grupo de Resultados 4 (*Results Group 4*) do IASC (*Interagency Standing Committee*) mapeou exercícios operacionais, boas práticas e lições aprendidas[42] . Este mapeamento reflete as contribuições de 16 países, recolhidas através dos Gabinetes dos Coordenadores Residentes (*Resident Coordinators Offices* - RCO) e as contribuições dos parceiros.

O levantamento foi efetuado tendo em conta as principais componentes do nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz:

- análise conjunta ou partilha de análises para obter uma compreensão partilhada das necessidades, dos riscos e da vulnerabilidade;
- articulação de "resultados coletivos" ou áreas prioritárias com base nas maiores necessidades, riscos e vulnerabilidades;

[38] *Ibidem*
[39] *Ibidem*
[40] *Ibidem*
[41] *Ibidem*
[42] *Mapping Good Practice in the Implementation of Humanitarian-DevelopmentPeace Ne us Approaches Synthesis Report, Settembre 2021: https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2021-11/IASC%20Mapping%20of%20Good%20Practice%20in%20the%20Implementation%20of%20Humanitarian-Development%20Peace%20Nexus%20Approaches%2C%20Synthesis%20Report.pdf*

- planeamento e programação concertados em apoio a estes resultados ou prioridades coletivas;
- financiamento alinhado ou harmonizado em função destes resultados ou prioridades coletivas.

As seguintes características e boas práticas emergem do mapeamento:

- Os progressos na aplicação das abordagens nexo a nível nacional são evidentes, mas vários países referiram dificuldades em criar um entendimento inequívoco da abordagem nexo entre as partes interessadas, com opiniões e interpretações divergentes. É fundamental um forte empenhamento dos diferentes intervenientes para apoiar os progressos na relação. Nalguns países, os grupos de trabalho sobre o nexo incluíram autoridades locais e nacionais, a ONU, OSC locais e internacionais, o Banco Mundial e doadores bilaterais.
- Foram dados passos importantes na liderança, na partilha de análises e na definição de prioridades comuns (*collective outcomes*), bem como na programação concertada. Os *Resident* e *Humanitarian Coordinators* desempenharam um papel de liderança, facilitando a coordenação das abordagens nexo. As *Country Teams* reforçaram a partilha de análises e empenharam-se numa programação concertada das prioridades do nexo. Em muitos países, os processos de definição das CCA – Common Country Analysis e dos UNSDCF - United Nations Sustainable Development *Cooperation Framework* têm sido aproveitados como oportunidades para dar prioridade ao nexo, com base nas análises das *Humanitarian Needs Overviews* (HNO) e assegurando a complementaridade com os *Humanitarian Response Plans* (HRPs).
- Os resultados coletivos são cada vez mais utilizados para fornecer orientações estratégicas às intervenções dos intervenientes humanitários, de desenvolvimento e de paz e para alinhar os UNSDCF e os HRP

O mapeamento aprofunda os temas da paz, da igualdade de género e dos intervenientes locais - que estão intimamente ligados ao triplo nexo - especialmente em relação aos desafios encontrados no terreno.

Paz.
O caminho para a inclusão do pilar da paz na relação entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento está ainda numa fase embrionária. Registaram-se alguns progressos, mas limitados a um pequeno número de países. O levantamento destaca vários contextos em que o pilar da paz é uma componente essencial da abordagem nexo. Noutros contextos, em que a persistência de conflitos ou de situações de fragilidade tornava particularmente complexa a aplicação da abordagem nexo, foi sublinhada a importância do reforço das autoridades estatais e da prestação de serviços públicos, bem como da coesão social e da construção da paz. Noutros casos, a análise e a coordenação de múltiplos intervenientes contribuíram para criar confiança e facilitar o acesso e a assistência, reforçando assim a abordagem nexo HDP.

Todos os países que participaram no mapeamento incluíram a paz na sua análise conjunta ou na partilha de dados, quer como parte do processo do CCA, quer através de uma análise de conflitos específica, como base para uma abordagem nexo HDP. Isto é importante para garantir que o planeamento e a programação sejam informados por uma compreensão adequada do contexto.

Em alguns contextos, foram articulados resultados colectivos ligados ao pilar da paz (por exemplo, sobre a redução do risco de conflito, a coesão social, a proteção e a *governance* local), servindo de exemplo de como é possível preservar o espaço humanitário e, ao mesmo tempo, dar espaço ao pilar da paz no triplo nexo. Em contextos com a presença de missões de paz, foram dados passos importantes para assegurar a complementaridade entre o planeamento das missões e a programação humanitária e de desenvolvimento.

Em contextos em que não existem missões de manutenção da paz e em que é provável que não existam documentos de planeamento de ações de paz, foram envidados esforços significativos para garantir que as atividades do HRP e do UNSDCF fossem sensíveis aos conflitos e formuladas de modo a terem um impacto positivo na coesão social, na prevenção de conflitos e na construção da paz.
Em vários países, o papel do Peacebuilding Fund (PBF), que pode contribuir para a justiça transicional, o diálogo e a coexistência pacífica quando as ações são formuladas com base numa análise conjunta e numa definição coletiva de prioridades, foi assinalado de forma positiva.

Igualdade de género.
Na maior parte dos contextos, foi aplicada uma perspetiva de género à recolha e análise de dados, ao planeamento e à programação, a fim de garantir abordagens sensíveis ao género e com capacidade de resposta. As análises de género foram incluídas em documentos de análise conjunta e, em alguns contextos, foram definidos collective outcomes para reduzir a violência baseada no género.
A promoção da propriedade local (*ownership*) por grupos de mulheres foi registada em vários países. As redes de mulheres defensoras dos direitos humanos e as organizações locais de mulheres foram consultadas e envolvidas na aplicação da abordagem nexo a nível nacional e local.
Noutros locais, a abordagem nexo tem-se caracterizado por iniciativas lideradas pelos governos e pela criação de grupos de trabalho para cumprir os compromissos assumidos em matéria de direitos das mulheres e de promoção da igualdade de género transversal. As análises dos processos de paz numa perspetiva de género foram incluídas nos CCA e foram realizados programas conjuntos para a execução da agenda relativa às mulheres, à paz e à segurança.

Localização.
Nos países que participaram no levantamento, o nível de envolvimento dos intervenientes locais varia. Nalgumas zonas, o nexo HDP continua a limitar-se aos intervenientes internacionais, como a ONU, as OSC e os doadores bilaterais. Noutros contextos, porém, a coordenação com os intervenientes nacionais e locais e a sua participação em todas as fases do processo tem sido uma prioridade. Os países com planos estratégicos sólidos e estruturas de coordenação eficazes, combinados com uma abordagem da base para o topo, centrada nas pessoas, foram os mais eficazes em termos de envolvimento estratégico de um vasto leque de intervenientes locais, que foram considerados como impulsionadores do nexo.
O envolvimento e a liderança do governo são cruciais para uma abordagem eficaz e sustentável do triplo nexo. Em muitos países, as autoridades nacionais e locais estão fortemente empenhadas, com os ministérios a co-presidirem ou, pelo menos, a participarem em grupos de trabalho ou task forces sobre o nexo. As administrações locais e os municípios têm estado envolvidos, em especial nos países em que a abordagem nexo se centra em "setores/áreas de convergência" (*area based*), frequentemente no contexto de deslocações prolongadas e soluções duradouras.
Nalguns contextos, tem havido dificuldades em envolver as OSC locais, muitas vezes devido ao número de tais organizações. Uma boa prática foi a inclusão de contrapartes nacionais a nível local/provincial e central/ministerial desde o início do processo de conceção de resultados coletivos em 2019. As intervenções de desenvolvimento e consolidação da paz são especificamente concebidas para reforçar as capacidades das autoridades regionais e locais, bem como das OSC e das organizações comunitárias, apoiando a coesão social. De um modo geral, a participação das OSC locais nos mecanismos de coordenação humanitária melhorou significativamente nos últimos anos, embora muitas vezes não seja possível distinguir entre atividades humanitárias e de desenvolvimento. Isto garante uma abordagem mais centrada nas pessoas e uma maior responsabilidade para com as populações afetadas.

ALLEGATO 3.
AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO PARA A PAZ

No que diz respeito à ajuda pública ao desenvolvimento para a paz, a OCDE classifica-a através de uma série de códigos que incluem ações capazes de contribuir para a paz e a prevenção de conflitos, tendo em conta o seu enfoque na segurança, nas funções governamentais essenciais e na inclusão dos processos políticos. Mais especificamente, a OCDE refere-se a 18 códigos do Creditor Reporting System (CRS), que se enquadram nos códigos 151 - atividades "primárias/core" de consolidação da paz - e 152 - atividades "secundárias/secondary" de consolidação da paz.

A distinção entre atividades primárias e secundárias de consolidação da paz foi concebida para ajudar a distinguir algumas das atividades imediatas relacionadas com a manutenção da segurança das atividades a mais longo prazo que apoiam o desenvolvimento institucional.

Caixa 5. Construção da paz de base: A construção da paz de base inclui sempre uma conceção intencional para apoiar a paz sustentada como objetivo principal.			
152		Conflito, paz e segurança	N.B. Nos pontos 76-81 das diretivas são apresentadas outras notas sobre a elegibilidade (e exclusões) da APD para atividades relacionadas com conflitos, paz e segurança.
	15210	Gestão e reforma do sistema de segurança	Foi prestada cooperação técnica ao Parlamento, aos ministérios, aos organismos responsáveis pela aplicação da lei e ao sistema judiciário para apoiar a revisão e a reforma do sistema de segurança, a fim de melhorar a governação democrática e o controlo civil; foi prestada cooperação técnica ao Governo para melhorar a supervisão civil e o controlo democrático da orçamentação, da gestão, da responsabilização e da auditoria das despesas de segurança, incluindo os orçamentos militares, no âmbito de um programa de gestão das despesas públicas; foi prestada assistência à sociedade civil para reforçar a sua competência e capacidade de controlar o sistema de segurança, de modo a que este seja gerido de acordo com as normas e os princípios democráticos de responsabilização, transparência e boa governação. [Exceto no contexto de uma operação internacional de manutenção da paz (15230)].
	15220	Construção da paz civil, prevenção e resolução de conflitos	Apoio a atividades civis relacionadas com a construção da paz, a prevenção e a resolução de conflitos, incluindo o reforço das capacidades, o acompanhamento, o diálogo e o intercâmbio de informações. Participação bilateral em missões civis internacionais de paz, como as missões efetuadas pelo Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas (UNDPA) ou pela União Europeia (Política Europeia de Segurança e Defesa), e contribuições para fundos ou comissões civis de paz (por exemplo, a Comissão de Consolidação da Paz, a vertente temática da Consolidação da Paz do fundo para a realização dos ODM, etc.). As contribuições podem assumir a forma de financiamento ou de fornecimento de equipamento ou de pessoal civil ou militar (por exemplo, para a formação de civis) (utilizar o código 15230 para a participação bilateral em operações internacionais de manutenção da paz).

Caixa 5. Construção da paz de base: A construção da paz de base inclui sempre uma conceção intencional para apoiar a paz sustentada como objetivo principal.			
	15230	Participação em operações internacionais de manutenção da paz	Participação bilateral em operações de manutenção da paz mandatadas ou autorizadas pelas Nações Unidas (ONU) através de resoluções do Conselho de Segurança e conduzi-das por organizações internacionais, por exemplo, a ONU, a NATO, a União Europeia (operações relacionadas com a se-gurança no âmbito da Política de Segurança e Defesa) ou agrupamentos regionais de países em desenvolvimento. As contribuições diretas para o orçamento do Departamento das Nações Unidas para as Operações de Manutenção da Paz (UNDPKO) estão excluídas da APD bilateral (são parci-almente reportáveis como APD multilateral, ver Anexo 9). As atividades que podem ser declaradas como APD bilateral ao abrigo deste código limitam-se a: direitos humanos e acom-panhamento de eleições; reintegração de soldados desmobi-lizados; reabilitação de infraestruturas nacionais básicas; acompanhamento ou reciclagem de administradores civis e forças policiais; reforma do setor da segurança e outras ati-vidades relacionadas com o Estado de Direito; formação em procedimentos aduaneiros e de controlo de fronteiras; acon-selhamento ou formação em política de estabilização fiscal ou macroeconómica; repatriamento e desmobilização de fa-ções armadas e eliminação das suas armas; remoção de minas explosivas. Os aspetos de execução das operações in-ternacionais de manutenção da paz não podem ser declara-dos como APD. A participação bilateral elegível para a APD em operações de manutenção da paz pode assumir a forma de financiamento ou de fornecimento de equipamento ou de pessoal militar ou civil (por exemplo, agentes da polícia). O custo declarável é calculado como o excesso em relação ao custo de manutenção do pessoal e do equipamento se não tivessem sido destacados para participar numa operação de paz. Os custos dos contingentes militares que participam nas operações de manutenção da paz do PNUDKO não po-dem ser declarados como APD. As operações internacionais de manutenção da paz podem incluir atividades de tipo hu-manitário (contribuições sob a forma de equipamento ou pessoal), tal como descrito nos códigos 7xxxx. Estas devem ser incluídas no código 15230 se fizerem parte integrante das atividades acima referidas; caso contrário, devem ser comunicadas como ajuda humanitária. NB: Ao utilizar este código, indicar o nome da operação na breve descrição da atividade comunicada.
	15240	Reintegração e controlo das ALPC	Reintegração dos militares desmobilizados na economia; conversão das instalações de produção de produtos militares em produtos civis; cooperação técnica para controlar, prevenir e/ou reduzir a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) - ver ponto 120 das diretivas para a definição das atividades de ALPC abrangidas. [Exceto no contexto de uma operação internacional de manutenção da paz (15230) ou de crianças-soldados (15261)].

Caixa 5. Construção da paz de base: A construção da paz de base inclui sempre uma conceção intencional para apoiar a paz sustentada como objetivo principal.			
	15250	Remoção de minas terrestres e de resíduos de guerra explosivos	Todas as atividades relacionadas com minas terrestres e explosivos remanescentes de guerra que tenham como principal objetivo beneficiar os países em desenvolvimento, incluindo a remoção de minas terrestres e de explosivos remanescentes de guerra e a destruição de reservas para fins de desenvolvimento [exceto no contexto de uma operação internacional de manutenção da paz (15230)]; educação e sensibilização para os riscos; reabilitação, reintegração e assistência às vítimas e investigação e desenvolvimento em matéria de desminagem e desminagem. Apenas as atividades para fins civis são elegíveis para a APD.
	15261	Crianças-soldados (prevenção e desmobilização)	Cooperação técnica prestada ao governo - e assistência às organizações da sociedade civil - para apoiar e aplicar a legislação destinada a impedir o recrutamento de crianças-soldados e a desmobilizar, desarmar, reintegrar, repatriar e reinstalar (DDR) as crianças-soldados.

O financiamento de equipamento ou serviços militares está geralmente excluído da APS. Esta exclusão geral tem por objetivo evitar a canalização de fundos de APS para as forças armadas dos países parceiros, reforçando assim as suas capacidades militares.

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
151		Governo e sociedade civil - geral	N.B. Utilizar o código 51010 para o apoio orça-mental geral.
	15110	Política e gestão administrativa do setor público	Assistência ao desenvolvimento institucional para reforçar os principais sistemas e capacidades de gestão do setor público. Inclui a gestão, a coordenação, o planeamento e a reforma das políticas públicas gerais; a gestão dos recursos humanos; o desenvolvimento organizacional; a reforma da função pública; o governo eletrónico; o planeamento, o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento; o apoio aos ministérios envolvidos na coordenação da ajuda; outros ministérios e departamentos governamentais quando o setor não pode ser especificado. (Utilizar códigos setoriais específicos para o desenvolvimento de sistemas e capacidades nos ministérios setoriais. Para a política macroeconómica, utilizar o código 15142. Para os contratos públicos, utilizar o código 15125.)
	15111	Gestão das finan-ças públicas (GFP)	Política e planeamento orçamental; apoio aos ministérios das finanças; reforço da responsabilidade financeira e de gestão; gestão das despesas públicas; melhoria dos sistemas de gestão financeira; elaboração do orçamento; relações orçamentais intergovernamentais, auditoria pública, dívida pública. (Utilizar o código 15114 para a mobilização de receitas internas e o código 33120 para as alfândegas).

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
	15112	Descentralização e apoio ao governo subnacional	Processos de descentralização (incluindo as dimensões política, administrativa e fiscal); relações intergovernamentais e federalismo; reforço dos serviços da administração regional e local, das autoridades regionais e locais e das suas associações nacionais. (Utilizar códigos setoriais específicos para a descentralização da gestão e dos serviços setoriais.)
	15113	Organizações e instituições anticorrupção	Organizações, instituições e quadros especializados para a prevenção e a luta contra a corrupção, o suborno, o branqueamento de capitais e outros aspetos da criminalidade organizada, com ou sem poderes de aplicação da lei, por exemplo, comissões anticorrupção e organismos de controlo, serviços especiais de investigação, instituições e iniciativas de supervisão da integridade e da ética, ONG especializadas, outras organizações da sociedade civil e organizações de cidadãos diretamente interessadas na corrupção.
	15114	Mobilização de receitas internas	Apoio à mobilização de receitas internas/política, análise e administração fiscais, bem como às receitas públicas não fiscais, o que inclui o trabalho com os ministérios das finanças, ministérios setoriais, autoridades fiscais ou outros organismos públicos locais, regionais ou nacionais. (Utilizar o código 16010 para a segurança social e outra proteção social.)
	15125	Contratos públicos	Apoio aos contratos públicos, incluindo a criação e avaliação de quadros jurídicos; aconselhamento na definição da orientação estratégica das políticas e reformas em matéria de contratos públicos; aconselhamento na conceção de sistemas e processos de contratos públicos; apoio a instituições de contratos públicos (incluindo contratos eletrónicos), bem como a estruturas ou iniciativas de avaliação dos sistemas de contratos públicos; e desenvolvimento da capacidade profissional dos organismos e do pessoal responsáveis pelos contratos públicos.
	15130	Desenvolvimento jurídico e judicial	Apoio às instituições, sistemas e procedimentos do setor da justiça, tanto formais como informais; apoio aos ministérios da justiça, do interior e dos assuntos internos; juízes e tribunais; serviços de redação jurídica; ordens de advogados e associações de advogados; ensino jurídico profissional; manutenção da lei, da ordem e da segurança pública; gestão das fronteiras; organismos responsáveis pela aplicação da lei, polícia, prisões e respectiva supervisão; provedores de justiça; resolução alternativa de litígios, arbitragem e mediação; assistência e aconselhamento jurídicos; práticas tradicionais, indígenas e paralegais que não se enquadram no sistema jurídico formal.

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
	15130	Desenvolvimento jurídico e judicial	Medidas de apoio à melhoria dos quadros jurídicos, das constituições, das leis e dos regulamentos; elaboração e revisão legislativa e constitucional; reforma jurídica; integração dos sistemas jurídicos formais e informais. Educação jurídica do público; divulgação de informações sobre direitos e vias de recurso em caso de injustiça; campanhas de sensibilização. (Utilizar os códigos 152xx para as atividades que se destinam essencialmente a apoiar a reforma do sistema de segurança ou que são realizadas no âmbito de actividades pós-conflito e de consolidação da paz. Utilizar o código 15190 para o reforço das capacidades de gestão das fronteiras relacionadas com a migração.)
	15142	Política macroeconómica	Apoio à estabilidade macroeconómica, à sustentabilidade da dívida e às reformas estruturais. Inclui assistência técnica para a formulação estratégica de políticas, legislação e regulamentação; reforço das capacidades para melhorar o desenvolvimento do setor público; financiamento baseado em políticas. Para a política orçamental e a mobilização de receitas internas, utilizar os códigos 15111 e 15114.
	15150	Participação democrática e sociedade civil	Apoio ao exercício da democracia e a diversas formas de participação dos cidadãos para além das eleições (15151); instrumentos de democracia direta, como referendos e iniciativas de cidadãos; apoio a organizações para que representem e defendam os seus membros, acompanhem, envolvam e responsabilizem os governos e ajudem os cidadãos a aprender a agir na esfera pública; currículos e ensino para a educação cívica a vários níveis. (Este código de finalidade restringe-se às atividades que visam questões de governação. Quando a assistência à sociedade civil se destina a fins não governamentais, utilizar outros códigos de finalidade adequados.)
	15151	Eleições	Órgãos e processos de gestão eleitoral, observação de eleições, educação dos eleitores. (Utilizar o código 15230 no contexto de uma operação internacional de manutenção da paz.)
	15152	Legislaturas e partidos políticos	Assistência destinada a reforçar as funções essenciais das legislaturas/parlamentos, incluindo as assembleias e os conselhos subnacionais (representação, controlo, legisla-ção), tais como o reforço das capacidades dos órgãos legis-lativos, a melhoria das comissões e dos procedimentos ad-ministrativos das legislaturas, os sistemas de investigação e de gestão da informação, a realização de programas de formação para os legisladores e o pessoal de apoio. Assis-tência aos partidos políticos e reforço dos sistemas partidarios.

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
	15153	Meios de comunicação social e livre circulação da informação	Atividades que apoiam o fluxo de informação livre e sem censura sobre questões públicas; atividades que aumentam as competências editoriais e técnicas e a integridade dos meios de comunicação impressos, radiodifundidos e em linha, por exemplo, formação de jornalistas e profissionais da informação. Utilizar os códigos do setor 220 para o fornecimento de equipamento e assistência em capital aos meios de comunicação social.
	15160	Direitos Humanos	Medidas de apoio às instituições e mecanismos oficiais especializados em matéria de direitos humanos a nível universal, regional, nacional e local, no desempenho das suas funções estatutárias de promoção e proteção dos direitos civis e políticos, económicos, sociais e culturais, tal como definidos nas convenções e pactos internacionais; transposição dos compromissos internacionais em matéria de direitos humanos para a legislação nacional; apresentação de relatórios e acompanhamento; diálogo sobre direitos humanos. Defensores dos direitos humanos e ONG de defesa dos direitos humanos; defesa dos direitos humanos, ativismo, mobilização; sensibilização e educação pública em matéria de direitos humanos. Programação em matéria de direitos humanos dirigida a grupos específicos, por exemplo, crianças, pessoas com deficiência, migrantes, minorias étnicas, religiosas, linguísticas e sexuais, populações indígenas e pessoas vítimas de discriminação de castas, vítimas de tráfico, vítimas de tortura. (Utilizar o código 15230 no contexto de uma operação de manutenção da paz e o código 15180 para pôr termo à violência contra as mulheres e as raparigas. Utilizar o código 15190 para a programação dos direitos humanos para refugiados ou migrantes, incluindo quando são vítimas de tráfico. Utilizar o código 16070 para os princípios e direitos fundamentais no trabalho, ou seja, trabalho infantil, trabalho forçado, não discriminação no emprego e na profissão, liberdade de associação e negociação coletiva.)
	15170	Organizações e movimentos de defesa dos direitos das mulheres e instituições governamentais	Apoio às organizações e movimentos feministas, liderados por mulheres e que defendem os direitos das mulheres, bem como às instituições (governamentais e não governamentais) a todos os níveis, a fim de aumentar a sua eficácia, influência e sustentabilidade (atividades e financiamento de base). Estas organizações existem para promover mudanças transformadoras em prol da igualdade de género e/ou dos direitos das mulheres e das raparigas nos países em desenvolvimento. As suas atividades incluem a definição de agendas, a defesa de causas, o diálogo político, o desenvolvimento de capacidades, a sensibilização e a prevenção, a prestação de serviços, a prevenção de conflitos e a construção da paz, a investigação, a organização e a criação de alianças e redes

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
	15180	Acabar com a violência contra as mulheres e jovens	Apoio a programas destinados a prevenir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e jovens/ violência baseada no género. Isto engloba um vasto leque de formas de violência física, sexual e psicológica, incluindo, mas não se limitando a: violência entre parceiros íntimos (violência doméstica); violência sexual; mutilação genital feminina (MGF/C); casamento infantil, precoce e forçado; lançamento de ácido; crimes de honra; e tráfico de mulheres e jovens. As atividades de prevenção podem incluir esforços para capacitar as mulheres e jovens; mudar atitudes, normas e comportamentos; adotar e promulgar reformas jurídicas; e reforçar a aplicação de leis e políticas para pôr termo à violência contra as mulheres e jovens, nomeadamente através do reforço da capacidade institucional. As intervenções destinadas a dar resposta à violência contra as mulheres e jovens/violência baseada no género podem incluir a expansão do acesso aos serviços, incluindo a assistência jurídica, o aconselhamento psicossocial e os cuidados de saúde; a formação de pessoal para responder mais eficazmente às necessidades dos sobreviventes; e a garantia de investigação, acusação e punição dos autores de violência.
	15190	Facilitar a migração e a mobilidade ordenadas, seguras, regulares e responsáveis	Assistência aos países em desenvolvimento para facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas. Isto inclui:- Reforço das capacidades em matéria de política, análise, planeamento e gestão da migração e da mobilidade. Isto inclui o apoio para facilitar a migração segura e regular e combater a migração irregular, o envolvimento com a diáspora e programas que reforcem o impacto das remessas no desenvolvimento e/ou a sua utilização para projetos de desenvolvimento nos países em desenvolvimento.• Medidas para melhorar os sistemas de recrutamento de trabalhadores migrantes nos países em desenvolvimento.• Reforço das capacidades de desenvolvimento de estratégias e políticas, bem como de desenvolvimento jurídico e judicial (incluindo a gestão das fronteiras) nos países em desenvolvimento. Tal inclui o apoio para abordar e reduzir as vulnerabilidades no domínio da migração e reforçar a resposta transnacional à introdução clandestina de migrantes e à prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.• Apoio a estratégias eficazes para garantir a proteção internacional e o direito de asilo.• Apoio a estratégias eficazes para garantir o acesso à justiça e a assistência às pessoas deslocadas.• Assistência aos migrantes para o seu regresso seguro, digno, informado e voluntário ao seu país de origem (abrange apenas os regressos de outro país em desenvolvimento; a assistência aos regressos forçados está excluída da APD).

Caixa. 6. Construção da paz secundária: A construção da paz secundária consiste em códigos de finalidade que podem ou não incluir a paz como objetivo.			
	15190	Facilitar a migração e a mobilidade ordenadas, seguras, regulares e responsáveis	• Assistência aos migrantes para a sua reintegração sustentável no seu país de origem (utilizar o código 93010 para a assistência antes da partida prestada nos países dadores no contexto de regressos voluntários). As atividades que visam, em primeiro lugar, os interesses dos fornecedores estão excluídas da APD. As atividades que abordam as causas profundas da deslocação forçada e da migração irregular não devem ser codificadas aqui, mas sim no seu setor de intervenção relevante. Além disso, utilizar o código 15136 para o apoio às autoridades dos países em matéria de assuntos e serviços de imigração (facultativo), o código 24050 para os programas destinados a reduzir os custos de envio das remessas, o código 72010 para os aspetos humanitários da assistência aos refugiados e às pessoas deslocadas internamente (PDI), tais como a prestação de serviços de emergência e a proteção humanitária. Utilizar o código 93010 quando as despesas se destinam ao sustento temporário de refugiados no país dador, incluindo o seu regresso voluntário e a sua reintegração, quando o apoio é prestado num país dador em ligação com o regresso desse país dador (ou seja, assistência pré-partida), ou a reinstalação voluntária num país terceiro desenvolvido.

ANEXO 4.
EXPERIÊNCIA NO LÍBANO E NA ETIÓPIA

Seguem-se os resultados da análise conjunta de contexto de ambos os países parceiros, realizada em setembro de 2019. Estas análises são apresentadas no presente manual para dar conta da experiência efetuada no âmbito da definição das orientações sobre o nexo entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz. No entanto, as análises de contexto a efetuar no âmbito dos processos-piloto previstos nas Orientações Nexo devem, na medida do possível, seguir o modelo proposto no Apêndice 1 e podem certamente ser mais aprofundadas.

A. ETIÓPIA: ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO (SETEMBRO DE 2019)

Tipologia das crises e dos choques: a Etiópia está sujeita a crises prolongadas devido a choques sazonais (inundações, seca, fome) que levam à competição por recursos e serviços. Em 2018, foi o primeiro país do mundo com o maior número de pessoas deslocadas internamente. É o segundo maior país de África em termos de número de refugiados (cerca de 1 milhão). O governo tem capacidades e recursos financeiros limitados face a uma população crescente (mais de 100 milhões) e a deslocações internas e afluxo de refugiados.

Características contextuais: a fragilidade da Etiópia diz respeito às cinco[43] dimensões.

1. **POLÍTICA:** apesar da assinatura do Acordo de Paz assinado em 2018 com a Eritreia e do lançamento inicial de um vasto plano de reformas políticas e sociais, o país encontra-se exposto a fontes de conflito interétnico e de instabilidade.

2. **SOCIAL:** índice de desenvolvimento e capital humano muito baixo (26% da população vivia abaixo do limiar da pobreza em 2016. Dificuldades de planeamento e de prestação de serviços básicos; orçamento inadequado e proteção e acesso à justiça limitados para as pessoas mais vulneráveis).

3. **ECONÓMICA:** forte crescimento económico mas baixo rendimento (783 USD de rendimento anual per capita em 2017). Dependência da ajuda internacional, protecionismo e elevados custos de importação, baixo investimento estrangeiro por razões estruturais e políticas. Desenvolvimento industrial/ manufaturação limitado, baixa produtividade e elevado desemprego, com baixa participação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho.

4. **AMBIENTAL:** as alterações climáticas, a desflorestação e a desertificação expõem a Etiópia a um elevado risco de catástrofes ambientais. Epidemias recorrentes, má regulamentação da utilização da água e das pastagens, sistema inadequado de eliminação de resíduos.

5. **SEGURANÇA:** Continuam os confrontos étnicos e as manifestações. Aumento da segurança em Adis Abeba e na região de Amhara.

Resultados coletivos :

No âmbito de New Way of Working:

f) **Resiliência nas terras baixas** (melhorar a prestação de serviços básicos; apoiar o crescimento económico das comunidades pastoris e das pessoas vulneráveis; reduzir a vulnerabilidade através da gestão sustentável dos recursos naturais; reforçar as instituições a nível local) .

g) **Solução duradoura:** serão definidos mais 2 ou 3 resultados colectivos para o período 2020 - 2025 a favor de soluções duradouras para os deslocados internos/regressados/populações afetadas por catástrofes recorrentes.

No âmbito do CRRF - Comprehensive Refugee Response Framework: O Governo comprometeu-se, juntamente com a comunidade internacional, a aplicar 9 compromissos a favor dos refugiados (*out of camp policy, education, work and livelihood, documentation, social and basic services, local integration*).

[43] *O Quadro de Fragilidade inclui atualmente seis dimensões, tendo sido acrescentada a dimensão humana*

Vantagem comparativa: i) Presença de Acordos de Cooperação MAECI/AICS (o Programa País 2017-2019 prevê 125 M€, dos quais 45 M€ em iniciativas de oferta e 80 M€ em crédito de ajuda). O financiamento adicional italiano provém dos acordos do país com: Min. Interior, para ações de combate e/ou contenção do fenómeno migratório; Min. Ambiente para a transformação de geradores alimentados a combustível em energia solar; ii) presença em Adis Abeba da Embaixada de Itália, do gabinete do AICS (com um gabinete de programa adicional em Semera) e do ICE. iii) forte presença de outros intervenientes do Sistema Itália, incluindo o setor privado (por exemplo ENEL Green Power e Illy Caffè), as organizações da sociedade civil ativas nos 9 Estados regionais da Etiópia, ONLUS, grupos informais de voluntários, mas também organismos territoriais como as regiões ou províncias, para além do Instituto Italiano de Cultura (IIC) e da Escola Italiana.

B. LÍBANO: ANÁLISE CONJUNTA DE CONTEXTO (SETEMBRO DE 2019)

Tipologia da crise e do choque: o Líbano está sujeito a um stresse de longa duração. Depois de um esforço impressionante de reconciliação nacional, reconstrução material, *institution building* e *peacekeeping*, a crise síria de 2011 voltou a desestabilizar o já frágil equilíbrio demográfico e confessional, provocando instabilidade e vulnerabilidade. O conflito sírio provocou um enorme afluxo de refugiados (1,5 milhões de refugiados sírios e 309 000 palestinianos). 51% dos refugiados sírios vivem abaixo do limiar de pobreza extrema. Capacidade limitada das instituições na prestação de serviços públicos (saúde, educação, gestão de resíduos, distribuição de eletricidade e água potável).
Características contextuais: a fragilidade do Líbano diz respeito às cinco dimensões.

1. **POLÍTICA:** elevado grau de instabilidade política e vulnerabilidade das instituições nacionais. No que se refere à crise humanitária gerada pelo afluxo de refugiados provenientes da Síria, é de notar que o Líbano não é signatário da Convenção de Genebra de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados.

2. **SOCIAL:** O conflito sírio provocou um enorme afluxo de refugiados (1,5 milhões de refugiados sírios e 309 000 palestinianos). 51% dos refugiados sírios vivem abaixo do limiar de pobreza extrema. Capacidade limitada das instituições na prestação de serviços públicos (saúde, educação, gestão de resíduos, distribuição de eletricidade e água potável).

3. **ECONÓMICA:** forte abrandamento do crescimento económico (PIB) e aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. Elevada taxa de desemprego, especialmente entre os jovens. Disponibilidade limitada de recursos financeiros, tanto a nível central como nas administrações descentralizadas.

4. **AMBIENTAL:** fragilidades significativas no setor ambiental com crises periódicas na eliminação de resíduos sólidos e níveis alarmantes de poluição do ar, dos rios e do mar, com consequências nefastas significativas para a saúde da população.

5. **SEGURANÇA:** Os desafios de segurança persistem, decorrentes de uma combinação de fatores exógenos (crise síria e tensões regionais) e endógenos (presença de partes do território fora do controlo das forças de segurança, deficiências em termos de infraestruturas e de governance).

Resultados coletivos: O quadro de referência no âmbito deste nexo é ***Lebanon Crisis Response Plan*** (LCRP). O LCRP 2017-2020 tem quatro objetivos estratégicos: i) assegurar a proteção das populações vulneráveis; ii) prestar assistência imediata às populações vulneráveis; iii) prestar serviços de assistência através dos sistemas nacionais; e iv) reforçar a estabilidade económica, social e ambiental do país. O plano operacional do LCRP está organizado em setores de intervenção (*Basic Assistance, Education, Energy, Food Security & Agriculture, Health, Livelihoods, Protection, Shelter, Social Stability, Water*), cada um dos quais é coordenado pelo Ministério relevante com a assistência técnica da Agência especializada da ONU. O LCRP está alinhado e complementa o *United Strategic Framework* 2017-2020 (UNSF), que define o quadro de cooperação das Nações Unidas e a visão global para esse compromisso no Líbano: apoio ao Governo, paz e segurança, estabilidade interna, *governance* e desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e resposta às necessidades humanitárias. No que diz respeito ao Fundo Fiduciário Regional da União Europeia - "*Madad Fund*" (EUTF), o Sistema Itália desempenha, através dos seus vários intervenientes, vários papéis complementares e sinérgicos: 1. Contribuinte e financiador (MAECI/DGCS/ AICS), 2. Vice-Presidente dos dois Comités (DGCS), bem como do organismo de execução (AICS, numerosas organizações da sociedade civil, Universidades italianas e Institutos de Investigação, etc.)

Vantagem comparativa: O *Bilateral Cooperation Development Agreement* (2002) é o Acordo-Quadro que define as relações de cooperação entre a Itália e o Líbano. Em 2006 e 2009, foram assinados acordos sucessivos para a gestão das ações de cooperação. No âmbito da Conferência de Londres "Supporting Syria and the Region Conference" (2016) e das Conferências de Bruxelas "Supporting the future of Syria and the Region" (2017-2018 e 2019), a Itália comprometeu-se a apoiar os países envolvidos na crise síria, incluindo o Líbano, com a atribuição de recursos para doações e créditos de ajuda. Presença da Embaixada, do gabinete da AICS, do Instituto Italiano de Cultura, do ICE, de numerosas OSC italianas e de entidades religiosas. O setor privado italiano está presente com alguns escritórios de representação, mas depende sobretudo de agentes e intermediários libaneses.

Construção da paz: : no sul do Líbano, a missão de construção da paz da UNIFIL (1.100 unidades) está ativa desde 2006. A presença do contingente italiano de construção da paz está sujeita às resoluções anuais do Conselho de Segurança das Nações Unidas e à aprovação do Parlamento italiano. A missão bilateral de formação MIBIL também está ativa desde 2015. No domínio do reforço do acesso à justiça, está atualmente em curso o programa intitulado "Proteção dos direitos humanos e melhoria das condições de vida nas prisões libanesas, com especial atenção para as prisões femininas" (1,5 milhões de euros), executado pelo gabinete da AICS em Beirute, em gestão direta e em parceria com o UNODC.

NA CAPA

Progetto della Cooperazione italiana in Sudan.
Ph. ***Francesca Nardi***

Projeto da Cooperação Italiana na Etiópia
Ph. ***UNFPA***

Projeto da Cooperação Italiana em Uganda.
Ph. ***Enrico Izzo***

Projeto da Cooperação Italiana na Síria
Ph. ***Daniele Oro***

AGENZIA ITALIANA
PER LA COOPERAZIONE
ALLO SVILUPPO

Ministero degli Affari Esteri
e della Cooperazione Internazionale

Ministero degli Affari Esteri
e della Cooperazione Internazionale

AGENZIA ITALIANA
PER LA COOPERAZIONE
ALLO SVILUPPO

www.aics.gov.it

SIGA-NOS NO

agenziaitalianacooperazione

@aics_it

@aics_cooperazione_it